



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000267-31.2014.815.0731.

Origem : *3ª Vara Cível da Comarca de Cabedelo.*

Relator : *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*

Apelante : *Banco Pan S/A.*

Advogado : *Cristiane Belinati Garcia Lopes.*

Apelado : *José de Arimateia da Silva Galdino.*

Advogado : *Pollyana Karla Teixeira Almeida;*

Luciana Ribeiro Fernandes.

**APELAÇÃO CÍVEL. INTERPOSIÇÃO APÓS O
DECURSO DO PRAZO LEGAL.
APLICABILIDADE DO ART. 508 DO CÓDIGO
DE PROCESSO CIVIL. INTEMPESTIVIDADE.
REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO
ATENDIDO. POSSIBILIDADE DE
RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.
APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO
DIPLOMA PROCESSUAL. SEGUIMENTO
NEGADO.**

- O prazo para interposição de apelação é de 15 (quinze) dias. Ultrapassar esse limite legal implica o reconhecimento da intempestividade recursal, fato que obsta o seu conhecimento.

- Cabe ao relator negar seguimento a recurso manifestamente extemporâneo, tendo em vista ser de ordem pública a matéria relativa à não observância do *dies ad quem*, podendo o julgador apreciá-la de ofício.

Vistos.

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Banco Pan S/A** contra sentença (fls. 111/118) proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Cabedelo que, nos autos da “Ação Revisional de Contrato”

ajuizada por **José de Arimateia da Silva Galdino**, julgou parcialmente procedente o pedido autora.

Inconformado, o autor interpôs Recurso Apelarório (fls. 110/137), alegando, em síntese, impossibilidade de revisão de quaisquer das cláusulas livremente pactuadas, a não acumulação da comissão de permanência com outros encargos e o não cabimento de devolução em dobro. Pugna, ao fim, pela reforma da sentença, a fim de que seja determinando o fiel cumprimento do contrato.

Contrarrazões apresentadas (fls. 144/165).

O Ministério Público, por meio de sua Procuradoria de Justiça, ofertou parecer (fls. 169/172), manifestando-se pelo prosseguimento do feito sem manifestação meritória.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, para que o mérito, posto em discussão pela parte, possa ser analisado, cumpre desde logo verificar a existência dos pressupostos processuais e das condições da ação, considerados genericamente como pressupostos de admissibilidade do julgamento meritório.

Nesse contexto, cabe ao julgador, no âmbito recursal, conferir se estão presentes os requisitos formais do recurso, os quais são tradicionalmente classificados em pressupostos intrínsecos e extrínsecos. Dentre os primeiros, encontramos a exigência do cabimento, da legitimidade, do interesse e da inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.

Já quando nos deparamos com os pressupostos processuais extrínsecos, temos de averiguar: a comprovação da tempestividade na interposição recursal; a devida prova do preparo; bem como se há regularidade formal no conteúdo da irresignação.

Pois bem, compulsando detidamente estes autos, vê-se que o apelo é manifestamente intempestivo. Isso porque, constata-se que o recorrente tomou ciência da sentença ora apelada em **23 de abril de 2014**, quarta-feira, conforme se verifica da cópia do Diário da Justiça contida nos autos (fls. 218).

Dessa forma, considerando-se a data em que as partes recorrentes foram intimadas, verifica-se que o início da contagem do prazo recursal se deu em **26 de fevereiro de 2015**, quinta-feira, sendo o termo final para a apelação o dia **12 de março de 2015**. Porém, o presente recurso somente foi protocolado em **13 de maio de 2015**, consoante se percebe do carimbo apostado no rosto da peça de interposição (fls. 120), fato que contraria o disposto no art. 508, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

*“Art. 508. Na **apelação**, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias”.*

Corroborando a aplicação do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil em casos de extemporaneidade na apresentação de Recurso Apelatório, esta Corte de Justiça já decidiu:

***“AÇÃO DE COBRANÇA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ESPECIAIS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APELAÇÃO DO AUTOR. INTERPOSIÇÃO A DESTEMPO. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 557 DO CPC. APELAÇÃO DO ESTADO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. IRRELEVÂNCIA. ATO VINCULADO E REGULAMENTADO PELO ART. 67, DA LC Nº 58/03. INEXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE COMPROVE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR DA ATIVIDADE ESPECIAL E FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO QUE SUPRIMIU O PAGAMENTO DO BENEFÍCIO. SEGUIMENTO NEGADO AO APELO DO AUTOR E DESPROVIMENTO DO APELO DO ESTADO. Verificada a intempestividade do apelo é de negar-se seguimento, com base no caput do art. 557 do CPC. É irrelevante afirmar que inexistente direito adquirido a regime jurídico administrativo quando, na verdade, o ato administrativo que suprimiu o pagamento da gratificação de atividades especiais necessita de regular processo administrativo que comprove o afastamento do servidor da atividade especial exercida, bem como os motivos que levaram à supressão do benefício, o que não ocorreu no caso concreto”.* (TJ-PB; AC 200.2009.027087-3/001; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Juiz Conv. João Batista Barbosa; DJPB 01/04/2013; Pág. 11).**

Assim, para os casos como o que ora se analisa, quando da prescrição das normas recursais no âmbito dos Tribunais, o legislador processual civil, objetivando dar maior celeridade ao deslinde procedimental no curso das demandas, estabeleceu a possibilidade de o Relator do processo negar, monocraticamente, seguimento a recurso.

Com a finalidade de contrapor os possíveis malefícios de uma celeridade desmedida, para que não se converta em produtividade sem

qualidade, o próprio texto legal, no art. 557 do Código de Processo Civil, condiciona a que a negativa se dê nos casos de manifesta inadmissibilidade recursal, improcedência, prejudicialidade ou confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal a que pertence o julgador, ou de Tribunais Superiores.

Por tudo o que foi exposto, revela-se manifestamente intempestiva a Apelação interposta, motivo pelo qual **NÃO A CONHEÇO, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO**, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

P.I.

João Pessoa, 26 de maio de 2015.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Desembargador Relator